

DF
923.281
M277V
JMA

LUIZ VIANA FILHO

JOÃO MANGABEIRA

—O Homem e o Político

BRASÍLIA—1981

LUIZ VIANA FILHO

JOÃO MANGABEIRA

- o homem e o político

**Discurso na Universidade de Brasília
em 3 de novembro de 1981**

Magnífico Reitor,
Senhor Senador Aurélio Viana,
Senhores Senadores,
Senhores Deputados,
Meus Senhores, Minhas Senhoras.

Inicialmente, no vosso honroso convite, mandastes que vos falasse de João Mangabeira, o homem e o político. Depois, limitastes o campo, cingindo-o apenas ao político. Confesso, porém, não saber como distinguir um do outro, pois ambos se completam para formar o grande cidadão. Realmente, não há como separá-los. Que seria o político, isto é, o idealista, se não tivesse a dar-lhe as extraordinárias proporções a inteligência privilegiada, a cultura amanhada nas madrugadas de estudo, o caráter inamolgável, na mais ampla acepção da palavra, o coração voltado para os sofrimentos dos fracos? Não tenho dúvida de ser o político o natural desdobramento da personalidade na sua vocação para a vida pública.

Certa feita, falando do que a sociedade exige para a ascensão daqueles não nascidos na abastança, João Mangabeira diria ser necessário uma inteligência de ouro, uma vontade de ferro e a resistência do diamante.

Deve-se a Hermes Lima a narração do que ouvira de Virgílio de Lemos, colega de Mangabeira na Faculdade e, mais tarde, um dos mais admirados professores da Bahia. Certa noite, quando em preparativos para o exame de Medicina Legal, Virgílio convidou o colega para estudarem juntos: "Virgílio abriu o compêndio, leu todo um ponto que se desdobrava em cerca de quatorze itens classificatórios, e depois advertiu: vou ler de novo, depois resumiremos por escrito, a fim de gravarmos bem a matéria. Ao que Mangabeira atalha: "Para mim não é necessário". Repetiu de cor, por inteiro, o ponto que acabara de ouvir. Virgílio maravilhado acorda a esposa: que viesse festejar uma memória assombrosa. Não se estudou mais".

De mim, devo confessar que, ao longo do tempo, conheci três inteligências espetaculares, borbulhantes, fascinantes. Diria luminosas. Uma delas foi a de João Mangabeira, as duas outras de Afrânio Peixoto e Anísio Teixeira. Por certo, haverá outras. Eu, porém, não passei das três.

João Mangabeira conheci em casa do meu pai, no Rio, onde habitualmente almoçava aos domingos. Hoje, eu não saberia sequer o motivo da sedução com que o escutava, pois ia então pelos meus dez anos. Mas, o que jamais se me apagou da lembrança foi o deslumbramento, o fascínio com que, mesmo sem compreender o que se discutia, permanecia hipnotizado diante do conversador que andava de um lado para o outro, enquanto enrolava e desenrolava, no indicador direito, a corrente do relógio, e discorria sobre vários assuntos, tornando todos interessantes para a criança maravilhada.

Os Mangabeiras sempre se orgulharam das origens modestas. E, se uso aqui o plural, é pela dificuldade de falar-se de um, omitindo o outro. Lembro-me que, de certa feita, compulsando um exemplar das “Memórias de Além Túmulo”, que o velho Seabra doara à Biblioteca Pública da Bahia deparei-me com esta anotação por ele lançada, à margem de uma página — “irmãos Mangabeira”. Dir-se-ia serem inseparáveis.

Recentemente, Afonso Arinos, ao escrever sobre Otávio Mangabeira, fez esta observação:

“Menino e adolescente vivi sob aquela presença enorme, que os moços de hoje nunca podem compreender. Os Mangabeiras vinham, assim, à tona das conversas da casa paterna, sempre ligados ao nome de Ruy. Eles se destacavam pelo talento e cultura de João, talento e eloquência de Otávio, entre os nomes citados a propósito de Rui Barbosa.

João, foi, como o Evangelista, o discípulo amado; Otávio tomou posições variadas, mas sua figura, sua carreira, sofriram as forças de atração ou repulsão da figura e da carreira do Mestre.

O rapazinho da casa grande de Copacabana ouvia falar dos dois, pelo pai, mas não distinguia bem um do outro. O pai aludia “aos Mangabeira” como “aos Andrada”, “aos Bueno”, “aos Rodrigues Alves”, “aos Caiado”, irmãos pai e filho primos e cunhados. Inseriam-se todos na oligarquia do regime, oligarquia sim, mas simples, honrada e insubmissa, que prevaleceu até a última campanha presidencial de Rui oligarquia que, como dizia o sutil cientista político Barão de Itararé, evoluiu do “Estado de coisas” para o “Estado a que chegamos”.

Embora João Mangabeira chegasse à Câmara Federal antes do irmão, eles ficaram unidos na expressão “irmãos Mangabeira”,

inclusive, por vezes, na malediscência. Gilberto Freire, por exemplo, consignou estes comentários, num artigo intitulado “Os Dois Mangabeiras”:

“Aos dois Mangabeiras, políticos brilhantemente ativos no tempo já remoto da chamada Primeira República, a malícia dos inimigos atribuiu um oportunismo tal que estariam sempre bem com as situações triunfantes: ambos, ou então, um de cada vez, ao da oposição cabendo, nesse jogo sutil combinado fraternalmente em casa, garantir o situacionista no caso de inesperada derrota do grupo ou partido dominante. Diziam os críticos mais gaia-tos dos dois invejados baianos que, para garantia de ambos contra as alternativas de tempo político, quando um saía de bengala, o outro aparecia na rua de guarda-chuva”.

Misérias da politicagem. Aos dois supostos oportunistas tocava a um, Otávio, dez anos de exílio na pobreza, ao outro, João, permanecer praticamente na oposição de 1930 até à morte, em 1964. De fato, era o tributo pago à inveja e ao despeito que não poupam os mais capazes.

Antes de passar adiante, creio oportuno alongar-me sobre as origens daquele clã de privilegiadas inteligências. Da modéstia, eles sempre fizeram praça. Permiti que dê a palavra a Otávio Mangabeira, que assim iniciou, na Academia de Letras da Bahia, a conferência no cinquentenário da morte do irmão Francisco, e que tão bem nos dá a cadência do orador, a simplicidade e a precisão das frases, que uma dicção perfeita fazia mais encantadoras. Ouçamo-lo:

“Quando minha mãe faleceu, a 24 de outubro de 1888 e aos trinta e cinco anos, dela ficaram oito filhos, quatro homens e quatro mulheres, dos quais o mais velho, uma de minhas irmãs, contava dezessete, e eu, o mais moço, tinha apenas dois anos de idade. Tocou assim a meu pai, homem de recursos muito modestos, a missão de guiar-nos e educar-nos. E o modo por que ele o fez, nas condições em que lhe coube fazê-lo não sei a que mais o impôs — se ao nosso agradecimento se à nossa admiração.”

Nada é barroco mas tudo é nítido e belo.

Agora escutemos João Mangabeira, neste auto-retrato esboçado ao paraninfar, em 1944, os bacharelados da Faculdade de Direito da Bahia:

“Há quase meio século, um jovem, aos 17 anos, abandonava, num dia como este, esta casa sagrada. Pobre e só, ele subia cantando pelas encostas da vida. E o sol, que o apanhava de frente, doirava-lhe a fronte com todas as ilusões. Tinha uma confiança enorme em si mesmo e uma fé inabalável em certos princípios morais, que a maldade dos homens pode conturbar mas não pode destruir.

O peito aberto a todos os sofrimentos humanos. Julgava que ia vencer e conquistar a glória. Mas vieram as tormentas, veio a dor, veio a noite. E nada do que previu se realizou e nada do que sonhou aconteceu. Vieram as decepções, as preterições, as calúnias, a prisão, a condenação. Mas a umas arrostou, de outras zombou e algumas desprezou. E a todas venceu, porque a sua consciência era sã e a sua alma era forte. E por fim veio a treva. Treva estreita, treva suja, treva de túnel sem luz, em que a traição e o egoísmo há sete anos mergulharam o País. Mas, por entre todos os contratemplos e reveses, a flama que iluminava o adolescente de outrora não se apagou jamais, porque era a do ideal. Transmitiu-se da adolescência à idade viril e daí à maturidade. Hoje ele desce a encosta que dá para o vale da morte. Os cabelos branqueiam. As faces enrugam-se. Mas o espírito não envelhece. É o mesmo dos 17 anos de então. A mesma flama. O mesmo peito aberto ao sofrimento dos pobres donde saiu, blindado por certas virtudes que somente a pobreza dá. E por isso mesmo, apesar de todos os desenganos e derrotas, a felicidade o coroa na velhice. O prêmio de uma vida que se apurou no sofrimento e não se empederniu no egoísmo”.

Vê-se que o estilo é outro, talvez mais rico e torneado.

“Pobre é só”, eis como subiu ele as encostas da vida. E, vinte anos mais tarde, ao homenagear-lhe a Assembléia Legislativa da Bahia, pelo transcurso dos seus 80 anos, não mudara o garbo, se não o orgulho por aqueles começos árduos. E é assim que responde ao Deputado João Borges, que o saudara:

“Ele disse-o bem: nasci por entre as lutas da vida, nasci num lar paterno pobre, rodeado pelos dois irmãos cujos nomes ele citou, não tendo na vida outro amparo senão o braço forte e carinhoso do meu pai, sem o qual nada seríamos, a quem tudo devemos e sem o qual não poderíamos ter sido nada do que fomos.

Mas a minha vida, nascida na luta, na luta da infância, na luta da pobreza, desdobra-se por toda a existência, em meio à luta como ele próprio assinalou. Ao partir, aos 18 anos, para aquelas “terras do sem fim”, que eu conheci e Jorge Amado não conheceu, porque, ao chegar ao uso da razão então tudo já havia mudado naquelas “terras do sem fim”, que eu tenho dentro do meu coração e que ocupam, no meu peito, o segundo lugar, depois da minha cidade natal; naquelas “terras do sem fim”, que Jorge Amado descreveu com o poder formidável de grande romancista e grande escritor que ele é; naquelas “terras do sem fim”, comecei eu a minha vida na luta da oposição.

Foi assim, na luta, que eu nesta Câmara estreei, como na luta estreei na tribuna judiciária de Ilhéus, defendendo um réu

miserável, exposto à condenação, se eu não expusesse aos jurados que a principal responsável por aquele farrapo humano que ali se encontrava, envolto em trapos, não era ele, o analfabeto, era a a sociedade que o gerara, e que, sem nada lhe ter dado, dele tudo exigia.”

Jorge Amado, que assistiu aos últimos dias da saga violenta do cacau, jamais esqueceria o famoso tribuno, que, nos júris, abalava Ilhéus, defendendo aqueles plantadores de riqueza e civilização: “quando os rudes sergipanos e sertanejos entraram pela selva a dentro, no sul da Bahia, para derrubar a mata e plantar cacau, quando a grande saga se vestiu de sangue e cada árvore escondia um homem na tocaia, quando as cruces sem nome se levantaram na orla das picadas, quando a vida humana não valia mais de dez mil réis, um jovem advogado, adolescente ainda, pois terminara seu curso de Direito aos dezenove anos, elevou sua voz nas tribunas de Ilhéus e de Itabuna. Era João Mangabeira, iniciando sua gloriosa carreira. Contei num livro essas lutas, esse matar e morrer, esse desesperado heroísmo de homens varando a selva, disputando-a palmo a palmo, vencendo os animais, os outros homens e o mistério da floresta. Minha infância coincidiu com o fim das lutas, guardei nos ouvidos os estampidos dos últimos tiroteios, e nos olhos a visão dos homens em armas, das cavalgadas à noite para as emboscadas fatais, a visão da floresta penetrada e incendiada. Cresci ouvindo as narrações da epopéia que tentaria recriar depois, cresci no espanto e na admiração pelos feitos daquela minha gente sem lei e sem medo. Aprendi os nomes dos chefes destemidos, os coronéis do cacau, os jagunços famosos, os bacharéis cuja voz nos júris e cujo saber nos tribunais dava a primeira forma de civilização à conquista bárbara. O nome de João Mangabeira era dos mais frequentes na boca dos narradores, pois jamais viram antes os grapiúnas, nem veriam depois, bacharel de maior talento, orador mais fulgurante, mais apaixonado criador de civilização e de cultura. Eu era ainda muito menino nos tempos em que ele parava em frente à casa de meu pai, seu amigo, e me tomava ao colo. Mas o seu rastro ficou para sempre nas terras do cacau, e dele ouvi diariamente falar como de um homem de Ilhéus, um daqueles que construíram a riqueza e o progresso.”

E nessas lutas é que se lhe havia de avultar a coragem para enfrentar e resistir às tormentas, que lhe reservava o temperamento combativo e o espírito indômito do idealista, que jamais se curvaria à violência ou se intimidaria ante as arbitrariedades da força. Quando mais árduo se lhe deparou o combate, que se diria acima das suas forças, o que a Nação viu foi se agigantar aquele homem de aspecto franzino, frágil, e, por duas vezes milagrosa-

mente arrebatado das mãos da morte. De fato — e aqui deixo inapagável reminiscência dos começos de minha vida pública — muitas foram as vezes em que, ao nos retirarmos, eu e outros amigos, do Hospital Graffré-Guinle, para onde, gravemente enfermo, fora João Mangabeira transferido do Quartel de Cavalaria, o fazíamos certos de não mais voltarmos a ver e abraçar o glorioso e querido companheiro. Isso, porém, é outra história.

Verdadeiramente, as batalhas mais lhe alteavam a flama da bravura. Diante da violência, mostrava-se impávido, diria até, arrogante. Assim, no manifesto à Nação, em janeiro de 1937, após nove meses de prisão, concluiria com altiva dignidade: “A prisão arbitrária não me abate. Ao contrário, me enobrece. É o prêmio da minha devoção ao Direito e à liberdade, num país sem Justiça!”

E meses depois, condenado pelo nefando Tribunal de Segurança, João Mangabeira lança novo manifesto ao País. Não mudara a linguagem do perseguido: “Deu-me a natureza a fibra rija da resistência e da luta. Dotou-me com uma intensa vida subjetiva. Os gozos materiais da existência não têm poder sobre mim. Nunca me senti mais livre do que na ignomínia desta prisão”. E, ao longo de quinze meses de prisão, de ameaças, de sofrimentos morais e materiais, João Mangabeira não vacilou, não desanimou, não vergou, não cedeu, não calou.

Creio que, nessas rápidas pinceladas, está esboçado o perfil do homem, no seu caráter, na sua coragem, na sua bravura, na sua inteligência.

Agora, vos direi um pouco do político. Como natural, pois contingência de uma época, João Mangabeira entrou na vida pública pela porta do Governo. De fato, a única existente. Diplomado aos 17 anos, e com aparência tão jovem que meu pai, Governador do Estado, lhe recusou a nomeação de promotor, por lhe faltar o aspeto indispensável a uma autoridade, Mangabeira tentou a advocacia em Ilhéus, onde somente se fixou numa segunda tentativa, em 1900. Aí, casar-se-ia mais tarde com a Sr^a Constança Steiger de Magalhães Castro, ou simplesmente Dona Iaiá, como todos a conhecemos e estimamos. Admirável companheira por mais de cinqüenta anos, esteve sempre, pelo caráter e pela inteligência, à altura do grande marido, e a ela desejo prestar um testemunho de gratidão, pelo carinho com que, desde a minha infância, me acolheu no lar que encheu e floruiu, com a simpatia calorosa de uma forte e inesquecível personalidade.

“Pobre e só” projetou-o um golpe de boa fortuna, quando, designado, como já ouvistes, para defender um réu miserável e

sem patrono, empolgou a assistência deslumbrada ante aquele talento que desconhecia. Êxito que Hermes Lima resumiu nestas palavras:

“O promotor replica, o advogado de defesa sempre de memória, lhe indica páginas, lhe corrige nomes, lhe situa depoimentos. Nessa altura, ninguém pensava mais no réu. Era a revelação de um orador, a afirmação de um advogado, a descoberta de um talento que toda Ilhéus vinha de fazer. A cidade não falou, durante dias seguidos, de outra coisa.”

Não demorou, porém, que o destino lhe proporcionasse nova e maior oportunidade. Em 1906, ao passar o Governador José Marcelino por Ilhéus, com destino a Minas Gerais e ao Rio de Janeiro, não poderia ser outro, se não João Mangabeira, o orador para saudar o visitante ilustre. Meu sogro, Frederico Pontes, integrante da comitiva como Secretário da Agricultura, por vezes contou-me o deslumbramento causado pelo discurso de João Mangabeira. Não tiveram limite o entusiasmo, a admiração, os plausos suscitados pelo ignorado orador, que, repentinamente, passava da planície para as cumeadas da fama. José Marcelino era o mais deslumbrado. E de pronto, sem maiores consultas, logo incorporou João Mangabeira à comitiva. Na verdade, fizera dele o orador oficial da excursão.

Abria-lhe-se o caminho para a vida parlamentar. Deputado Estadual em 1907, já em 1909 acumulava as funções de Prefeito de Ilhéus — de grande e incomparável reformador de Ilhéus, espécie de Pereira Passos da *Princesa do Sul* — com as de deputado federal.

Não vos cansarei com os pormenores da luminosa trajetória parlamentar. Respirei apenas episódios que dão a medida do gigante. Inicialmente, é o famoso parecer sobre as eleições do 3º Distrito do Rio, quando resistiu a todas as pressões, apelos, ameaças, para impedir a vitória de emenda apresentada clandestinamente, e que, se aprovada, redundaria num dos maiores escândalos eleitorais, apesar de tão cheia deles a Velha República. A temeridade valer-lhe-ia as felicitações de Rui Barbosa. Mas, possivelmente, contribuiu para a “degola”, em 1912, do incômodo irredentista.

Firmara-se, porém, o renome do tribuno, e João Mangabeira saía, já conquistadas as esporas de cavaleiro. Daniel de Carvalho, num dos seus volumes de *Memórias*, assim recorda os dois Mangabeiras:

“Como José Bonifácio, líder da minoria na Aliança Liberal e Roberto Moreira, sublíder da maioria, tinha Artur Lemos boa máscara, boa voz e boa dicção, o que faltava a João Mangabeira.

Este supria a deficiência com talento, cultura e excepcional memória. Não se arriscava a falar de improviso. Preparava cuidadosamente seus discursos, anunciados com antecedência. Também não gostava de apartes. As palavras saíam aos borbotões, sendo penoso à taquígrafia acompanhá-lo na rapidez do fluxo verbal. Externando minha admiração por este verbo extraordinário, deputados vindos de anteriores legislaturas, observavam:

— Pena não tenha ouvido Otávio Mangabeira, Ministro das Relações Exteriores, para fazer o paralelo e dar o seu voto na disputa do páreo entre os dois irmãos baianos! Otávio não emprega tantas metáforas, hipóboles e amplificações. Usa discretamente das flores históricas. Não tem a mesma fluência caudal do João. Fala pausadamente, escandindo as frases. Não se perde uma só palavra. Mas que clareza e precisão, que lógica na argumentação, que dom de persuadir e comover! Pude verificar a justeza dessa apreciação quando tive Otávio como colega na legislatura interrompida pelo golpe getulista de 1937, como companheiro na campanha de restauração democrática de 1945 e novamente seu colega na Constituinte de 1946.”

É feliz a apreciação. A palavra de João Mangabeira saía-lhe tão torrencial, as frases como que atropeladas uma atrás da outra, que, na Câmara, aquilatava-se a competência dos taquígrafos pela maneira por que conseguissem acompanhar-lhe a oração. Certamente, a dicção não era límpida. Mas as imagens, as hipóboles, as citações históricas, as comparações que emergiam com profusão, propriedade e eloquência, no correr dos discursos, prendiam irremissivelmente os auditórios.

Voltou ele à Câmara em 1915, e aí continuaria o noviciado ao lado de Rui Barbosa, de quem se tornaria o discípulo amado e fiel, acompanhando-o até à morte, através todas as gloriosas e malogradas campanhas. Ásperas caminhadas, inçadas de sofrimentos e desilusões, mas aquecidas pelo ideal.

Como de esperar numa inteligência voltada para os livros, que assimilava nas leituras do insistente madrugador, a palavra do orador se aprimorara incessantemente até alcançar alturas raramente atingidas pelos maiores oradores do Império e da República. O dom da eloquência, que trouxera do berço, ganhara as opulências da cultura, e, não raro, para ilustrar o verbo do dialeto, ei-lo a recorrer a imagens e comparações tiradas das páginas da História. Lado a lado dos profundos conhecimentos do direito público, em particular dos constitucionalistas norte-americanos, mergulhara fundo na História da França. Sobre Napoleão e as suas campanhas e generais, freqüentemente o vi discorrer sem tropeços, a palavra a deslizar sobre a memória privilegiada, e dela se valendo para tirar todos os efeitos da dialética. Era a moldura

luminosa de ampla e atualizada cultura. Mangabeira lera muito e guardara tudo. Vejamos, por exemplo, este depoimento de Barbosa Lima Sobrinho sobre a derradeira visita que lhe fizera.

“Na última visita, não sei porque a conversa se orientou para um tema cheio de vedações e perigos: a doutrina de Karl Marx. Um dos fiéis de Mangabeira observava que se falava mais de Marx do que se lia a sua obra. Acrescentava que entre todos os seus conhecidos não contara cinco pessoas que houvessem lido “O Capital”, de fio a pavio.

— Pois eu o li duas vezes — advertiu João Mangabeira.

E todos sabíamos que o havia lido cuidadosamente, voltando a reler trechos menos claros, aproveitando as horas silenciosas de suas manhãs de madrugador. E como o assunto Karl Marx continuasse, íamos verificando que Mangabeira não lera apenas “O Capital” estudara toda a obra de Marx e Engels, penetrara na biografia dos dois amigos, meditara os comentários de seus maiores críticos”.

É tempo de nos determos sobre as idéias inspiradoras do político. Enquanto Rui Barbosa esteve vivo, João Mangabeira seguiria o Mestre a quem se afeiçoara e admirava. Morto aquele, uma transformação lhe varreria o espírito. Sentimentalmente, Mangabeira — e nessa linha eu também colocaria o irmão Otávio — era um socialista. Não posso esquecer a página em que nos diz nada haver de mais belo do que a parábola do Bom Samaritano, que punha acima do Sermão da Montanha. Li certa feita, num trabalho de Edmundo Lins, e já o mencionei, que, perguntado por um juiz o que era o socialismo, responder Proudhon com simplicidade: “É toda a aspiração para o melhoramento da sociedade”. O que João Mangabeira desejava sinceramente era melhorar a sociedade, melhorar a vida do homem, educando-o, tratando-o, libertando-o.

O primeiro sintoma nítido da transformação operada em Mangabeira é o voto na Comissão de Justiça do Senado, em 1930, em favor da viúva de um guarda-civil, e cujo direito se pretendia negar, em nome de uma prescrição. Li todo o parecer, e o que se pretendia era iniquidade inominável. Bastará dizer-vos que uma das razões da recusa assentava no fato do infeliz guarda-civil haver morrido antes do segundo laudo médico exigido pela lei. Em verdade, o exame que faltava apresentava-o a morte do doente mais veraz do que qualquer atestado.

O próprio Mangabeira, mais tarde, em 1934, ao defender o anteprojeto da Constituição de que foi relator, diria desenganadamente: “Aquele voto era o início de uma campanha que eu ia sus-

tentar". Impediu-o a Revolução de 1930. O caminho, entretanto, estava tomado, e dele Mangabeira não mais se afastaria.

Relator Geral do Anteprojeto da Constituição elaborado pela comissão nomeada pelo Governo Provisório de 1930, e conhecida como a "Comissão do Itamarati", nele deixou marcas profundas das idéias que acalentava, e dentre as quais convém assinalar o problema das 8 horas de trabalho; a fiança idônea — e não em bens ou dinheiro —; o júri para os crimes políticos e de imprensa; o salário mínimo, considerado como tal aquele capaz de atender "as necessidades normais de um trabalhador chefe de família", e não o que serve às necessidades mínimas de subsistência do trabalhador. "Salário de fome", chamou-o Mangabeira. Talvez sejam estes os primeiros passos do socialista, do "socialista jurídico", como diria, na Câmara, Sampaio Correia que o tinha como infenso à tese catastrófica de Marx, por acreditar que o direito habilmente manejado é capaz de lançar a ponte entre a sociedade de hoje e a de amanhã.

Contudo, somente em 1935, eleito deputado pela Concentração Autonomista da Bahia, João Mangabeira, em reunião da minoria parlamentar, enunciou a "Definição de Princípios", daí por diante, o balizamento do seu pensamento político e ideológico. E dada a importância do documento, devo pedir a vossa paciência:

"Os nossos partidos políticos — dizia Mangabeira — continuam a olhar para um mundo que passou, e a repetir os velhos programas, as velhas manobras, os velhos equívocos. Nenhum partido, porém, exclusivamente político, conseguirá, hoje, impressionar e muito menos arrastar as massas. Ou os partidos levantam e sustentam questões sociais, problemas sociais, ou o povo lhe dará as costas, numa indiferença merecida. "Em verdade, entre nós, no momento, sobram dois partidos definidos, lutando por idéias opostas — o Integralismo e a Aliança Libertadora. Os demais apóiam ou combatem governos, mas os programas de todos são idênticos. Somente os homens variam."

O que o proletário precisa é de ser incorporado à sociedade onde continua acampado, tal como o divisou Augusto Comte.

Para isso, impõe-se grandes transformações no regime social vigente. "Esta a questão capital do momento em todos os povos. Malgrado o misonéismo político, o mundo marcha para a frente. Nesta marcha, porém, as correntes em que ele se divide tendem para a direita ou para a esquerda. De mim, sou homem da esquerda. Assim, sou pela liberdade ampla de pensamento e de cátedra, pela exposição livre de todas as doutrinas, pelo livre exame sem restrições. Sou pela separação entre a Igreja e o Estado.

Como Rui, não creio em nações atéias; mas também não creio em nações clericais. E uma rajada clericalista ameaça o Brasil, expressa no desejo visível da Igreja intervir no Estado e, sob mão oculta, manejá-lo. A religião é uma força indispensável à conservação e à perfeição da sociedade. Mas o clero que se mantenha nos templos e os governos que dirijam livremente o Estado”.

Na ordem social, sou pelas reivindicações proletárias e por deveres maiores impostos à propriedade. Sou pelos direitos da pobreza sobre o Estado e as classes abastadas. Sou pela melhoria de vida da classe média, ns suas famílias pobres, talvez a mais sofredora de todas as camadas do povo. Por isto mesmo, sou por uma distribuição mais equitativa da riqueza. A dissipação dos ricos, além de um crime perante Deus, é uma afronta aos sofrimentos e à dignidade dos povos. “Sou por todas as leis que apressem o fim do regime capitalista agonizante, que degradou a força humana do trabalho à condição de mercadoria, que desvirtuou a função social da máquina e transformou o dinheiro, de instrumento de trocas e medidas de valores, em instrumento do Poder”.

Desses princípios não mais se afastaria. E, num País então dominado pela ditadura policial, que tinha como comunistas quantos não comungassem do credo integralista, por eles iria pagar alto preço. Mas, em compensação escreveria a página mais bela da sua vida. Assim como Rui, sob a ditadura de Floriano, realizara a incômparável campanha dos *habeas-corporis*, João Mangabeira, arbitrariamente preso em março de 1936, iria, do fundo de uma prisão, sem livros e sem garantias, testemunha das violências barbaramente praticadas, desfechar uma das mais destemidas, corajosas e extraordinárias campanhas da vida republicana.

Sucessivamente, de julho a setembro de 1936, bate ele às portas da Corte Suprema, impetrando *habeas-corporis* em favor dele e dos colegas arbitrariamente presos: Abguar Bastos, Domingos Velasco, Octávio da Silveira e Senador Abel Chermont. Como ele bem o disse, batia às portas de uma “justiça doméstica”. Contudo, mais importante do que a inexistência de juízes livres era haver alguém que da escuridão do cárcere clamava pela claridade de justiça.

Foram quatro os *habeas-corporis* requeridos à Corte Suprema. “Mas, antes deles há que se falar do veemente protesto ante o Delegado, que tentava qualificá-lo criminalmente, pois não reconhecia a legalidade de prisão que lhe era imposta. Hoje, passado mais de quatro décadas, pode parecer uma nonada. Na época representou audácia quase inconcebível”. Depois seria a exposição à Câmara dos Deputados contra a ignominiosa criação do Tribunal de Segurança, que certamente deveria julgá-lo e contra o qual de logo se levanta com inclemência. “O projeto — dizia Manga-

beira — faz lembrar a Lei de 22 de prairial. Em 42 horas, Robespierre e Couton, arvorado este em jurista, forjaram a lei monstruosa que a 10 de termidor havia de levá-los ao patíbulo, sufocados no sangue de Danton, como na antevéspera ao primeiro, em plena sessão, berrara Ganier. “A justificativa daquele projeto monstruoso era mais ou menos a seguinte, embora exposta a falhas de memória: “toda a demora é um crime; toda a formalidade um perigo público; o tempo para punir os inimigos da Pátria não deve ser senão o de os reconhecer.”

Tudo isso não evitou que, pouco após, os dois sicários fossem arrancados aos postos de Governo e decapitados sob os aplausos da multidão, na Praça da Concórdia. Robespierre, já com o queixo fraturado pelo tiro que, na véspera, no ato da prisão, lhe desfechara Meda. Esses os precedentes sinistros dos tribunais de exceção. Nem de juizes se poderão crismar os energúmenos contratados, sob o desprezo público, para esses julgamentos de empreitada. A esses tribunais já os ferreteou, sob o 3º Napoleão, a bravura cívica de um advogado como Miguel de Bourges, bradando-lhes, face a face, esta apóstrofe imortal:

“A infâmia do julgador é a glória do acusado.”

Vejam os *habeas-corpus*, cada qual mais veemente, mais cáustico, e com fundamentos jurídicos diversos e irrecusáveis. São repetidas as cutiladas contra a justiça acorvardada ante as violências da ditadura. No segundo dos *habeas-corpus*, ele diria sem rodeios:

“Cumpre, a essa Corte, deter a inundação da violência e da força, fazendo-a reentrar no leito da lei, donde a enchente desbordou. “Milhares de vítimas, suas esposas e filhos, pendem agora da esperança de que a Corte Suprema faça, em meio às sombras da ditadura surgir a restauração da lei, pela Justiça. Tudo depende da consciência de onze homens, que a Constituição resguardou com a triplice couraça da vitaliciedade, da inamovibilidade e da irredutibilidade dos seus vencimentos, os maiores com que a Nação remunera um funcionário vitalício. E tudo isso não é nada. O essencial é que a Constituição vos sagrou, senhores Ministros, os seus sacerdotes supremos e confiou à vossa consciência e à vossa honra, a defesa dos seus textos, contra todas as exaltações da força e todas as usurpações do Poder. “Não pode haver vacilação, em vossa consciência, entre o texto da Constituição e os interesses da política.”

E concluía com as palavras divinas do Sermão da Montanha: “*Vos estis sal terrae. Si sal evanuerit, in quo sal ietur?*”

Todas as apóstrofes seriam vãs ante as togas emasculadas. Aliás, ele bem o sabia. Tanto assim que a um colega escreveu a

carta lida na Câmara por Octávio Mangabeira, e da qual retiro este trecho para se aquilatar do destemor com que punha o ferro em brasa sobre magistrados desertados da justiça:

“O tempo há de passar sobre este Estado de Guerra decretado e corrido por entre churrascos e canjicadas, e a Nação há de julgar a todos. Ver-se-á então que, na assentada de ontem, um Ministro, notoriamente meu inimigo gratuito e pessoal, em vez de se dar por impedido, como lhe impunham as leis humanas e os mandamentos divinos, como lhe ordenavam os escrúpulos mais elementares da consciência e da honra, condenou-me tranqüilamente com o seu voto. Esse estado de guerra há de passar. Baterei de novo às portas da Corte Suprema, embora sem esperanças de justiça, mas sobretudo para definir e precisar a responsabilidade pessoal dos seus Ministros ante a Nação. E peço a Deus que não possa esta repetir as palavras de Rui, no seu imortal artigo de Sexta-feira Santa: “Medo, venalidade, interesse supremo, razão de Estado, como quer que te chames, prevaricação judiciária, não escaparás ao ferrete de Pilatos. O bom ladrão salvou-se. Mas não há salvação para o juiz covarde.”

“Mas, além dos quatro *habeas-corpus* à Corte Suprema, vários são os documentos, cada qual mais enérgico, mais eloqüente, mais alto, com que João Mangabeira marca aqueles dias de opróbrio. A Nação dirige dois manifestos, o primeiro deles para dizer ao País, especialmente à Bahia, as razões da defesa que se recusara a apresentar diante de um tribunal cuja legitimidade não reconhecia.”

Por fim, condenado pelo voto de Minerva, fato sem precedentes na história dos tribunais, apela para o Superior Tribunal Militar, que manda pô-lo em liberdade.

Mais de quinze meses haviam transcorrido. E a 10 de julho de 1937, num desses espetáculos bastantes para encher de luz e de glória toda a vida de uma instituição, vi João Mangabeira, ante uma Câmara repleta e silenciosa, as galerias transbordantes e abafadas pela emoção, assomar a Tribuna para a invectiva que ele próprio assim definiu: “o protesto, há mais de um ano sufocado na garganta, ruge e vibra agora neste recinto”.

Mangabeira, como vos disse, não possuía a dicção clara, mas as palavras jorravam ininterruptas como se fora uma catadupa derramada sobre a nação inteira, para narra-lhe os horrores de um ditadura desumana. Era o ajuste de contas do oprimido com o opressor, da vítima com o algoz. Mangabeira, ante um plenário estarrecido desnudava as atrocidades dos beleguins da polícia. Guçamos alguns tópicos, que, passados mais de quarenta anos, ainda nos encham de horror e revolta:

“Recordo-me bem de que a informação da polícia dizia, textualmente, quanto ao Professor Carpenter: “Preso por ser proffesso convicto de idéias avançadas.”

Todo crime se resumia nisso; e o governo fascista do ditador que se preparava com o Estado de Sítio para o estado de guerra desfechava contra o velho professor, nimbado por uma bondade apostólica, apenas essa acusação: suspeito de professar idéias avançadas! E 10 ou 12 meses, no Pedro I e no cubículo, curtiu ele, o homem de idéias avançadas, enxovalhos de toda a sorte!

E hoje o chefe de polícia tem a coragem de afrontar a opinião nacional, num relatório que é um padrão de imprudência, dizendo que a polícia não exagerou, ela que tem as mãos pingando o sangue de Augusto de Medeiros, assassinado pela polícia dois dias após a sua detenção e cujo cadáver foi transferido à noite para a Vista Chinesa e crivado de balas! E a polícia teve o descaro de afirmar que ele foi assassinado pelos próprios companheiros! Foi trucidado barbaramente, torturado até extremos nunca vistos e em seguida assassinado!

Agulhas quentes pelos dedos, surras de fazerem perder as nádegas e as costas, choques elétricos, pontas de fogo! Debaixo do quarto do Capitão Walter Pompeu, no Hospital da Polícia, não podia esse oficial dormir com os gemidos de um marinheiro que tivera as nádegas arrancadas a chicote! Suplícios hediondos, como o de mulheres, completamente nuas, torturadas a alicate.

As vítimas hão de comparecer à Câmara, aqui, rosto a rosto, por ocasião da prestação de contas do estado de guerra.

Quero ver a atitude da Câmara quando deparar com aqueles corpos mutilados.

O que se fez com o estudante de engenharia, Marighela, no dia 1º de maio, é de fazer piedade a um coração empedernido”.

E prosseguia pouco adiante a narrativa das atrocidades cometidas:

“Não me calarei! Não é possível que os crimes e violências do Governo fiquem impunes.

Há marinheiros e operários cujos tornozelos, cujas carnes foram arrancadas, queimadas a maçarico!”

Na bravura desse discurso, nas objurgatórias atiradas em 1908-10 à malta dos policiais da ditadura, está toda a coragem, a indômita coragem do cidadão que podia proclamar não haver, no curso dos longos meses de violência, esmorecido um instante. Honra ao destemido batalhador!

Mas, se o orador era capaz dessas “sinfonias wagnerianas”, também não lhe custava deleitar os auditórios com a suavidade das mais ternas melodias. O coração do tribuno conhecia todos os acordes de quem bebera o leite da bondade humana. Nesse rol de orações embebidas em extrema sensibilidade incluem-se os discursos evocando duas figuras femininas que lhe haviam marcado a existência: Refiro-me a D. Maria Augusta Rui Barbosa e a Mère Thais, a benemerita Ursulina de Ilhéus.

Ei-lo, por exemplo, a falar, na Casa de Rui Barbosa, ante o esquife daquela ilustre morta, que conhecera nos dias de glória do marido:

“E nós a vimos — dizia ele — eu a vi neste salão agora envolto em crepe, pompear como flor de uma civilização, respiandecendo no seu encanto, na sua cortesia, na sua elegância, na sua formosura. Eu a vi, nós a vimos, neste grande solar que ela perfumava com a sua bondade e a sua graça, prolongado, materialmente prolongando, por um cuidado vigilante, por um desvelo ininterrupto, os dias débeis de uma existência gloriosa, que era o orgulho de uma Nação. Nós a vimos, eu a vi tantas vezes amainar a exaltação, conter as explosões, restringir as represálias, recompor a tranqüilidade do grande homem, nos dias de provação e de amargura, cujo fel se diluía ao contato de sua poderosa ação feminina sempre firme, através das mais inesperadas ou rudes vicissitudes, mas também sempre serena, resignada, sorridente, dando ao marido, materialmente injustiçado e vencido, o espetáculo íntimo da vitória no coração da esposa triunfante de glória plenamente feliz.

Nunca ninguém a viu áspera, revoltada ou carrancuda, senão suave, conformada e risonha. E com esses predicados de mansidão, resignação e alegria, tão opostos aos do seu marido, ela o envolvia, a bem dizer o acalentava, e lhe adormecia os ímpetos bravios.”

A palavra que bramava no fragor das batalhas fazia-se meiga e agradecida quando o coração se lhe abria em suaves recordações.

E ao desaparecer Mère Thais, que admirara em Ilhéus nos dias da juventude, não são menos belas as flores que depõe sobre sua memória:

“Eu a vi em plena luta, desde que em Ilhéus chegou para iniciar e levar a cabo sua obra formidável. Por mais estranho que isso hoje pareça, ela não teve, a princípio, dos ilheenses, o acolhimento e o auxílio que suas grandes virtudes mereciam e a grandeza de sua obra reclamava. Ao contrário, inexplicavelmente, a população em geral mantinha-se fria, retraída, quase hostil.

Graças a Deus nunca lhe faltei, em toda a medida de minhas forças, com a minha ajuda, a minha estima e a minha admiração. Desde o primeiro instante e até o fim, como Prefeito, como Deputado, como Senador, como cidadão e como homem, tomei posição decidida ao lado dessa freira santa. Ela também não me faltou nunca, em todas as circunstâncias, com a sua amizade e o seu conforto.

Entre os papéis mais caros ao meu coração, guardo a carta de protesto e solidariedade que me escreveu, quando preso e processado, como cúmplice de uma rebelião comunista, num processo monstruoso e condenado por uma sentença infame. Invulnerável na pureza de suas virtudes e invencível na força divina de sua Fé, a grande freira, quando muitos se acovardavam, lançava o seu protesto contra a injustiça, numa carta escrita num francês impecável e que é um primor na forma e no fundo. E isso ela o fazia, em meio a uma luta de todos os dias, no prosseguimento da grande obra, cujo termo ainda não findara. Na última vez que a vi, aqui no Rio, no Convento das Ursulinas, Mãe Thais estava quase imobilizada na sua cadeira de rodas. Mas, nos lábios o mesmo sorriso, nas palavras a mesma energia, nos olhos a mesma luz. Sorriso, energia e luz dos dias longínquos de sua mocidade. Já estava no Rio há vários meses e então me dizia, ao despedir-se: "Quero voltar para minha casa". Era Ilhéus a sua cidade; o Convento de Ilhéus, a sua casa. Aí quis morrer, e aí morreu. Fez-lhe Deus a vontade, Deus, a quem ela sempre serviu, com todas as forças de sua alma. E, em meio às irmãs e às suas alunas, às quais chamava de "minhas filhas", expirou cercada do carinho de uma população inteira, triste e consternada. Foi assim, que desapareceu aquela flor de pureza e bondade. Foi assim que se apagou aquele foco luminoso. Foi assim que se extinguiu aquela freira santa, cuja vida consistiu em "amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como ele mesmo".

Como já bem compreendeste não há como comprimir, na exi-güidade de uma conferência, figura da dimensão de João Mangabeira. Bastaria lembrar-vos que ele próprio, ao proferir palestra sobre Rui Barbosa, acabou por transformá-la em eloqüente volume de 500 páginas.

Certamente fatigo a vossa generosa atenção. Mas, como concluir sem evocar a ação e a prédica do socialista?

Vencida a noite do Estado Novo, e quando se fundou a União Democrática Nacional, que reunia várias correntes de oposição à ditadura, João Mangabeira logo deixou ver que se dispunha a organizar um partido de tendência socialista. Surgiria assim a Esquerda Democrática, embrião do Partido Socialista, fundado em abril de 1947. O próprio Mangabeira nos diria do trabalho de Vir-

gílio de Melo Franco para que não levasse a termo a idéia de se desligar da UDN. E Mangabeira lhe replicava:

“O que faz um partido é um corpo de princípios derredor do qual os homens se unem com inteligência e com amor. E acrescentava: um programa amado e obedecido, eis o que caracteriza um partido. Um programa desobedecido e desamado, eis o que constitui uma partida, partida para o tesouro, para os cargos, para tudo que satisfaz os apetites e mata os ideais. Por isso formamos um pequeno partido com um grupo de egressos da prisão, pois o grupo primitivo se compunha de: Castro Rebelo, Hermes Lima, Moreira Lima, Carcardo, Domingos Velasco, a que se juntaria Eliezer Magalhães, chegado do exílio. Eram homens que tinham sofrido pela liberdade as maiores injustiças, que constituam o núcleo central da Esquerda Democrática.”

Que importava o tempo ao idealista?

Num País de partidos sem programas, ou de programas falsos, meros atendimentos a exigências legais, num País no qual já no Império se dizia nada haver mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder, Mangabeira sonhava com um partido asentado sobre idéias e ideais. Uma espécie de Companhia de Jesus pelo rigor da disciplina e pelo brilho da inteligência. E nisso estava a marca do político e do idealista, já nitidamente voltado para a esquerda.

Não demorou a fundação, em abril de 1947, do Partido Socialista em cujo pórtico pode-se dizer que inscreveu esta sentença enunciada na sua “Última Verba”: “Liberdade sem socialismo, de fato liberdade não é. Socialismo sem liberdade, realmente socialismo não pode ser”. Dele, seria João Mangabeira o primeiro presidente, servindo-o, escreveu Hermes Lima, “com dedicação e entusiasmo juvenis”. Aí parecia se sentir como peixe n’água. Era o seu clima, o clima da política no sentido mais alto e mais nobre da palavra, o clima da luta, e no qual o sonhador acreditava divisar o futuro. Na verdade, como homem público um dos traços marcantes da sua personalidade foi a preocupação com o futuro, com o largo horizonte do amanhã, no qual divisava um mundo onde se proclamasse que “a riqueza tem deveres formidáveis e a pobreza direitos imprescritíveis”.

Já vos fatiguei e bem pouco disse do muito que há a se dizer do homem admirável e do político invulgar que foi João Mangabeira. Jurista, parlamentar, jornalista, orador, estadista, em cada um desses campos deixou ele a marca do seu talento. Do seu talento e do seu idealismo, que eu diria inspiração na parábola do Bom Samaritano. Como este ele desejou atar as feridas da humanidade e sobre elas lançar um pouco de azeite e de vinho, para mitigar os sofrimentos dos desamparados.